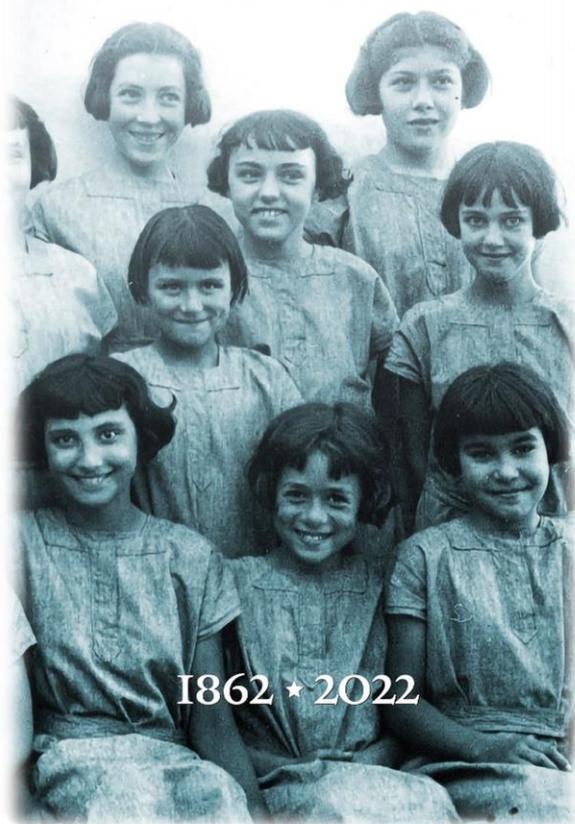




INTERNATO
S. JOÃO



160 ANOS



1862 * 2022

RELATÓRIO E CONTAS
2022

Nota Prévia

Em conformidade com os imperativos estatutários o Internato de S. João submete à apreciação e decisão dos Associados o Relatório e Contas relativo ao exercício do ano de 2022. Este documento, consubstancia o regresso ao normal funcionamento institucional, após um período em que mercê da situação de emergência sanitária em que o país viveu, devido à pandemia do COVID-19 e até à mudança de ciclo no ecossistema em que o ISJ se insere, tanto o processo de decisão como a implementação das opções estratégicas sofreram impactos conjunturais. Não obstante essas vicissitudes, o ISJ nunca se desviou dos objetivos, nem tergiversou nos propósitos definidos tanto no quadro estatutário como por mandato dos Associados no quadro do processo de decisão institucional.

No ano em apreço foi assim possível conferir uma nova dinâmica, tanto na concretização dos objetivos relacionados com a requalificação do património com vista a reforçar a sustentabilidade e o equilíbrio económico e financeiro do ISJ, como lançar as bases para a concretização dos projetos estratégicos definidos no documento de Opções Estratégicas, aprovado pelos Associados na Assembleia Geral de 04.04.2019.

Entre os que merecem especial destaque, realça-se o Projeto da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), aprovada no ano em análise pela edilidade de Cascais, cujo início da obra na Rua Teófilo de Braga, na Parede está programado para o corrente ano. A sua concretização, a par das diligências em curso para a operacionalização de um Serviço de apoio Domiciliário nas Freguesias onde o edifício sede do ISJ se insere, representará um importante reforço da atividade social do ISJ.

O ano de 2022 foi também aquele em que se celebraram os 160 anos da Instituição, homenageando os seus fundadores, os benfeitores que lhe legaram condições materiais que permitiram a sua existência e funcionamento, e aqueles que devotadamente a serviram. Em particular, evocámos com especial carinho as gerações de jovens raparigas que aqui encontraram um espaço de desenvolvimento pessoal, intelectual e afetivo, à luz dos princípios da Liberdade-Igualdade-Fraternidade que representam o *ethos* identitário do Internato de S. João, para além de pilares fundacionais do nosso modelo de sociedade humanista.

O Presidente da Direção

Agostinho Costa

Índice

Relatório 2022

1. Introdução	7
2. Atividades Programadas para 2022	10
2.1. LAE 1 - Robustecer a Atividade Social Estatutária	13
2.2. LAE 2 - Aprofundar a Valência Social na Gestão da Residência	13
2.3. LAE 3 - Consolidar e Agilizar o Modelo de Organização e Gestão do ISJ	14
2.4. LAE 4 - Reforçar Económica e Financeiramente a Instituição	15
2.5. LAE 5 - Operar a Progressiva Valorização do Património	16
2.6. LAE 6 – Promover a visibilidade do ISJ junto dos Associados	16
2.7. LAE 7 - Outros (Plano de Atividades GL - Obrigações <i> Holding</i>)	17
3. Impacte das Orientações Estratégicas 2019-2022 na Gestão do ISJ em 2022 ..	21
4. Nível de Execução das Atividades Programadas	22

Contas 2022

1. Introdução	28
2. Balanço	29
3. Demonstração de Resultados	31
4. Demonstração de Fluxos de Caixa	33

Anexo - Mapas Contabilísticos

1. Identificação da Entidade	35
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras ...	35
3. Principais Políticas Contabilísticas	35
3.1. Bases de Apresentação	36
3.1.1. Continuidade	36

3.1.2. Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica	36
3.1.3. Consistência de Apresentação	36
3.1.4. Materialidade e Agregação	37
3.1.5. Compensação	37
3.1.6. Informação Comparativa	37
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	37
3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis	37
3.2.2. Ativos Intangíveis	39
3.2.3. Clientes e Outros Ativos Correntes	39
3.2.4. Caixa e Depósitos Bancários	39
3.2.5. Fornecedores e outros Passivos Correntes	39
3.2.6. Fundos Patrimoniais	39
3.2.7. Benefícios dos Empregados	40
3.2.8. Julgamentos e Estimativas	40
3.2.9. Eventos Subsequentes	41
3.3. Principais Pressupostos relativos ao Futuro	41
3.4. Principais Fontes de Incerteza	41
4. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	42
5. Investimentos	42
5.1. Investimentos Financeiros	42
5.2. Propriedades de Investimento	43
5.3. Ativos Fixos Tangíveis	44
5.4. Ativos Intangíveis	45
6. Rendimentos	46
7. Instrumentos Financeiros	47
8. Benefícios dos Empregados, Pessoal ao Serviço e Gastos com o Pessoal	47
9. Fundos Patrimoniais	48
10. Fornecimento de Serviços Externos	48
11. Outras Informações	49

11.1. Estado e outros Entes Públicos	49
11.2. Outros Gastos e Perdas	50
11.3. Outras Contas a Receber e a Pagar	50
11.4. Fornecedores	51
12. Divulgações exigidas por outros Diplomas Legais	52



RELATÓRIO 2022

1. Introdução

De acordo com o estipulado pela alínea b) do n.º 2 do Artigo 27º dos Estatutos do Internato de S. João de Lisboa (ISJ), vem a sua Direção submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Geral o **Relatório e Contas da Gerência do Internato de São João referente ao ano de 2022**.

Contexto em que rotulamos de essencial transmitir que na sequência do processo eleitoral realizado no Grémio Lusitano (GL), concluído em 20.11.2021, foi eleito um novo Presidente desta Instituição, motivando que vários membros dos órgãos sociais do ISJ apresentassem a sua demissão formal, tendo outros colocado o seu lugar à disposição na sequência do anúncio formal do Presidente ISJ de que iria colocar o seu lugar à disposição, posição que está vertida em Ata nº 60 da Reunião de Direção, que teve lugar aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 2021.

A situação referenciada conduziu a que nos termos estatutários e regulamentares (n.º 1 do Art.º 17º e alínea b) do Art.º 26º dos estatutos do ISJ) em 29.12.2021, por decisão tomada na reunião de Direção supracitada, tivesse ocorrido uma AG para preenchimento das vacaturas daí decorrentes, donde resultou a eleição, por unanimidade, de uma nova composição dos órgãos sociais que de seguida se dá conta: para a Mesa da Assembleia Geral foram eleitos Fernando José Correia Cabecinha (Presidente), João Nuno Aurélio Marcos (Vice-Presidente) e Luís Miguel Vaz do Amaral (Secretário); para a Direção foram eleitos Agostinho Dias da Costa (Presidente), Fernando Miranda Borges Gonçalves (Secretário), João Paulo Rodrigues dos Santos (Tesoureiro), Francisco José Cardoso dos Reis (Vogal), Joaquim José Rocio Pereira Mendes (Vogal), Rui Manuel Ganito Bacalhau (Vogal), Victor Manuel Marques (Vogal), João António Gomes Proença (1º Suplente), Álvaro Henrique do Nascimento Santos Pombo (2º Suplente) e João Paulo Isidoro Almeida Soares (3º Suplente); para o Conselho Fiscal foram eleitos José Luís de Sousa Reis (Presidente), Jorge Humberto Vaz Ribeiro (Secretário), Alberto Carlos da Silva Lourenço (Relator), José Herculano Monteiro Paulo (1º Suplente) e Rui Miguel Loureiro (2º Suplente). A quem competiria a condução dos destinos do ISJ até final do mandato.

Neste particular refira-se que João Paulo Rodrigues dos Santos foi substituído, a seu pedido, tendo sido eleito para o lugar de Tesoureiro, Miguel Lourenço, em conformidade com o decidido em AG de 10 de maio de 2022, conforme o constante do ponto 4) da respetiva ata, confirmado, ainda, pelo conteúdo da Ata da Direção nº 71/19-22, de 24 de maio seguinte.

Os Órgãos Sociais acima referidos foram responsáveis pela condução dos destinos do ISJ até final mandato, tendo sido substituídos em resultado da realização da AG que teve lugar a 12 de dezembro de 2022, indicando-se em baixo os respetivos Membros então eleitos, para o quadriénio 2023 /2026. Mesa da Assembleia Geral: Fernando José Correia Cabecinha (Presidente), João Nuno Aurélio Marcos (Vice-Presidente) e Luís Miguel Vaz do Amaral (Secretário). Direção: Agostinho Dias da Costa (Presidente); Rui Manuel Silva Gomes do Amaral (Secretário); Miguel Lourenço (Tesoureiro); António Cabral (Vogal); Joaquim José Rocio Pereira Mendes (Vogal), Rui Manuel Ganito Bacalhau (Vogal), Victor Manuel Marques (Vogal); João Paulo Isidoro Almeida Soares (1º Suplente); João António Gomes Proença (2º Suplente), Álvaro Henrique do Nascimento Santos Pombo (3º Suplente). Conselho Fiscal: José Luís de Sousa Reis (Presidente), Jorge Humberto Vaz Ribeiro (Secretário), Alberto Carlos da Silva Lourenço (Relator), José Herculano Monteiro Paulo (1º Suplente) e Rui Miguel Loureiro Lachat (2º Suplente). sendo a Direção constante desta listagem a formalmente responsável pela apresentação do presente Relatório e Contas.

Quadro em que, à semelhança dos anteriores documentos da mesma natureza do que agora se submete à apreciação dos Órgãos Sociais, se reafirma a subordinação ao princípio da transparência e da solidariedade institucional, que têm sido amplamente elencados pelas direções acima referenciadas.

O ISJ empreendeu desde 2019 uma reestruturação profunda da sua filosofia de atuação, cujos resultados expressos no presente Relatório dão evidentes provas. Interrompida que foi a ação vocacionada para o apoio à infância feminina, em decorrência da alteração das condições objetivas que estiveram na sua génese, valência que foi, a partir de 2012, substituída pelo apoio a estudantes do ensino superior com carência de alojamento. O ISJ funciona atualmente como Residência de Estudantes, mantendo o estatuto de IPSS, o que responsabiliza a instituição por uma prática compaginada com tal condição, matéria particularmente tida em

consideração em todas as opções de gestão de que o presente Relatório presta contas.

Atento o enquadramento legal a que a instituição está sujeita, cumpre-nos, neste contexto, dar formalmente a conhecer o essencial das atividades levadas a cabo no ano de 2022, nomeadamente as cobertas pelos compromissos assumidos no Programa de Ação e Orçamento do Internato de São João para o ano em apreço, atento, naturalmente, o seu enquadramento nas Opções Estratégicas 2019/2022, formal e atempadamente aprovadas em sede de AG.

Neste quadro entendemos reclamarem de especial saliência um vasto conjunto de ações conducentes à preservação e valorização do património, cujo adiantado estado de degradação, à partida (2019), não pode deixar de aqui voltar a ser mencionado. Situação que, desde logo, implicou o assumir de responsabilidades direcionadas para se garantir uma suficiente autonomia financeira institucional, promovendo, concomitantemente, a recapitalização, atualmente traduzida pelos resultados alcançados na reabilitação e valorização do património e suportados pelo indispensável equilíbrio entre a dimensão económica e a saúde financeira da Instituição. Contexto em que, igualmente, não podem deixar de ser referidos o excelente ambiente de gestão criado a partir de 2022, contrastando rotundamente com o vivido no primeiro triénio do mandato que agora finda, o qual está plasmado de modo elegante no DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO ISJ (exercícios 2019/2021), da responsabilidade de um Auditor Externo que realizou tal análise a pedido da nova Direção do GL.

O resultado do trabalho empreendido ao longo de 2022 põe em evidência uma trajetória de gestão, cuja amplitude e consequências das opções que a geometrizam foram fruto de uma articulação cautelosa de um complexo stock de competências de gestão.

Em termos de gestão, tal como aprovado para 2022 em sede de Programa de Ação, a Residência de Estudantes foi encarada como uma forma de intervenção social concreta, plasmada num modelo de gestão adotado a tal tipo de desiderato, a que acresce o facto de que todas as iniciativas e intervenções no património imobiliário, para além da sua conformidade com o respetivo Programa de Ação / Opções Estratégicas, tiveram sempre presente que a preservação da vocação estatutária constitui a essência da filosofia de atuação no presente. Assinale-se ainda que o

Programa de Ação em apreço, só foi apresentado em 24 de fevereiro de 2022, fruto das alterações ocorridas na composição dos Órgãos Sociais do ISJ, em resultado das mudanças decorrentes das eleições no GL.

Adiante daremos conta detalhada de todas essas realizações levadas a efeito à luz daquele enquadramento programático, sendo de sublinhar que, até à data, o Internato mantém o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, não recebendo, porém, e por ora, qualquer subvenção do Estado.

Com o presente Relatório da Atividades, a Direção do ISJ pretende, concomitantemente, dar conta da continuidade do trabalho desenvolvido de forma coerente e progressiva ao longo de todo o quadriénio que aqui formalmente se encerra em termos de prestação de contas aos Associados, onde a marca de água de atuação se pode resumir numa trajetória marcada por objetivos articulados quer entre si, quer com as prioridades de planeamento fixadas, materializando novas expectativas de rendibilidade do imobilizado e de consequente rendimento global, indispensáveis para garantir a saúde financeira da instituição no quadro das intervenções programadas, especialmente as no domínio da economia social.

2. Atividades Programadas para 2022

O conjunto de atividades desenvolvidas em 2022 beneficiou de uma ampla coesão da Direção do ISJ, que emprestou uma maior agilidade ao exercício de gestão, nomeadamente na articulação da estratégia, proporcionando uma consistente articulação de esforços tendo por finalidade alcançar os desideratos plasmados nos diferentes documentos de natureza estratégica que foram sendo produzidos enquanto suportes balizadores da ação da Direção do ISJ.

Tal exercício, podemos afirmá-lo com toda a segurança, foi sistematicamente organizado em torno dos grandes desideratos inscritos no Plano de Ação para 2022, a saber:

- Robustecer a Atividade Social Estatutária;
- Aprofundar a Valência Social na Gestão Residência;

- Consolidar e Agilizar o Modelo de Organização e Gestão do ISJ;
- Operar a Progressiva Valorização do Imobilizado Corpóreo;
- Reforçar Económica e Financeiramente a Instituição;
- Promover a Visibilidade do ISJ junto dos Associados;
- Cooperar Ativamente com os Órgãos Sociais do GL para reforço da intervenção e imagem social de todo o ecossistema, acrescentando uma acentuada inegável confluência de interesses dentro do universo do GL.

Contexto em que o ano de 2022, proporcionou um avanço significativo na execução do conjunto de projetos estratégicos mais marcantes, quer os relacionados com a intervenção social da Instituição, quer os dirigidos à rendibilização do potencial económico e financeiro do ativo imobilizado.

Na verdade, no ano de 2022 foi dado um particular impulso ao projeto âncora da atividade de intervenção social da Parede, destinado à implantação de uma ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos), estando desde já criadas as condições para, a muito breve prazo, se proceder ao lançamento da primeira pedra da obra, estando tudo preparado para uma nova candidatura a financiamento por parte do PRR (Programa de Recuperação e Resiliência), uma vez que a primeira tentativa, aquando da abertura do primeiro concurso para o efeito, se viu prejudicada pela falta de aprovação factual do projeto de águas, considerado burocraticamente com imprescindível à data do encerramento do concurso pelos analistas da candidatura, pese embora a comunicação, por parte da Câmara Municipal de Cascais, em tempo útil dessa possibilidade.

Para além desta intervenção de natureza emblemática, foi concluída a primeira fase da obra de requalificação do imóvel da Rua dos Castelinhos em Lisboa. Concomitantemente foram desenvolvidas diligências conducentes à aprovação do processo de urbanização da propriedade detida na Estrada da Luz (em conformidade com o acordo estabelecido com os outros promotores privados envolvidos no processo/UE2 do Plano de Pormenor da Palma de Baixo - PPPB), na sequência de todo um laborioso procedimento desencadeado nos anos de 2020 e 2021, em que se fixou como propriedade do ISJ o Lote 12 do referido Plano de Pormenor.

Neste mesmo domínio assinala-se também que foi dada sequência à obra de requalificação / recuperação do imóvel da Rua dos Remédios à Lapa, nomeadamente, na fração correspondente ao 4º andar, a qual estará concluída dentro do primeiro trimestre de 2023, tendo sido desenvolvidas diversas obras de conservação do património e manutenção das suas condições de funcionalidade e segurança, em linha com as obrigações legais e estatutárias, destacando-se, neste particular, as intervenções no edifício sede e no imóvel da Calçada da Tapada onde foram recuperadas mais duas frações e lançadas as bases para a recuperação de uma terceira.

Coerente com o racional exposto, em 2022 manteve-se a solução Residência de Estudantes aprovada pelos Associados do Internato de S. João, em Assembleia Geral realizada a 25 de junho de 2012, tendo sido lançadas as bases para a dinamização de atividades de apoio social de proximidade (Apoio Domiciliário), nas freguesias de S. António e de Arroios, projeto que terá seguramente continuidade em 2023. Perspetiva-se a sua operacionalização durante o segundo semestre do corrente ano, após conclusão das medidas de coordenação com os órgãos representativos das duas freguesias e da capacitação das instalações da Residência de Estudantes de modo a que possa acolher esta iniciativa (intervenção para melhoria dos equipamentos da cozinha e da lavandaria).

A Direção do ISJ responsável pela apresentação do presente Relatório e Contas revê-se integralmente nas realizações efetivadas em todo o quadriénio (2019/2022), nomeadamente no que concerne às intervenções estratégicas e operacionais que permitam honrar o compromisso de valorizar uma intervenção social consequente, dando, em simultâneo, expressão tanto às preocupações assistenciais dos seus Associados, como ao espírito motivacional dos seus benfeitores, cuja memória e sentido solidário nos compete em primeira linha preservar, enaltecer e honrar. Garantindo a consonância tanto com os desígnios estatutariamente fixados, bem como a obrigação ética de engrandecimento do património do ISJ, premissas de uma atuação, aqui entendidas como um imperativo que nos cumpre, diligentemente, observar.

Neste contexto passaremos de seguida a observar o que entendemos serem os graus de realização das ações expressamente inventariadas no Programa de Ação para

2022, à luz do seu enquadramento nas respetivas Linhas de ação Estratégica, atempadamente definidas e aprovadas em sede de AG.

Neste contexto utilizaremos três tipos de notações para aferição do desempenho da gestão relativo a cada uma das ações em observação, a saber: CE – Completamente Executada; PE – Parcialmente Executada, englobando ações em curso de execução plurianual, NE– Não Executada.

2.1. LAE 1 - Robustecer a Atividade Social Estatutária

- Obj1 - Prosseguir a estruturação das valências de apoio social em conformidade com o estipulado no artigo 2º dos estatutos, definindo o(s) modelo(s) de intervenção a privilegiar, bem como o universo para que serão prioritariamente orientadas (CE).
- Obj2 - Dar continuidade às ações de natureza estratégica conducente à materialização da opção ERPI, no contexto da requalificação do imóvel da Parede (CE).
- Obj3 - Fixar o modelo para o aproveitamento do espaço disponível para cooperação em atividades de carácter social, cultural, com eventual intervenção de proximidade (PE).
- Obj4 - Redinamizar a inventariação e verificar a adequabilidade de aplicação dos recursos (CE).
- Obj5 - Evocar a memória e dar visibilidade pública aos principais benfeitores (PE).

2.2. LAE 2 - Aprofundar a Valência Social na Gestão Residência

- Obj1 - Reforço da função de intervenção social como elemento identitário do I.S.J. (PE).

- Obj2 - Aprofundar os mecanismos de “Transparência da Gestão do ISJ”, adotando as melhores práticas, enveredando pela desmaterialização dos processos e fomentando mecanismos participativos de decisão (PE).
- Obj3 - Selecionar produtos para venda ou doação (mobiliário e espólio bibliográfico) (PE).
- Obj4 - Criar condições para difusão da missão e visão da instituição e envolver a instituição holding bem como o staff do ISJ em tais desideratos (CE).
- Obj5 - Criar condições para difusão dos aspetos mais relevantes da sua atividade, tendo em vista estimular um acrescido envolvimento dos Associados (CE).

2.3. LAE 3 - Consolidar e Agilizar o Modelo de Organização e Gestão do ISJ

- Obj1 - Definir destino e tratamento do espólio documental (PE).
- Obj2 - Otimizar o acesso a apoios públicos às IPSS (PE).
- Obj3 - Estabelecer parcerias que potenciem a exploração de novas oportunidades, de modo a incrementar a eficácia e eficiência do desempenho do ISJ (PE).
- Obj4 - Equacionar a utilização e valorização da função do edifício sede do ISJ (a médio / longo prazo) (CE).
- Obj5 - Continuar a consolidar o modelo económico financeiro do projeto ISJ (CE).
- Obj6 - Assegurar a assessoria técnica especializada necessária, potenciadora das intervenções programadas portadoras de carência de conhecimento especializado (CE).
- Obj7 - Identificar e dinamizar as oportunidades potenciais de permuta e de gestão de bens imóveis, tendo em vista a cobertura otimizada dos objetivos estratégicos do ecossistema institucional em que o ISJ se insere (PE).

- Obj8 - Consolidar procedimentos tendentes a fortalecer o rigor e transparência da gestão, por via de mecanismos de informação e comunicação que assegurem o máximo escrutínio por parte dos Associados (PE).
- Obj9 - Estudar e implementar processos de melhoria da informação de gestão a disponibilizar à Direção (PE).
- Obj10 - Sensibilizar os Associados para ações de solidariedade para com o ISJ, nomeadamente no tocante à doação de parte da respetiva tributação, em sede de IRS, por via da Declaração Anual de Rendimentos (CE).
- Obj11 - Regulamentar estatutariamente a condição de Associado do ISJ (NE).
- Obj12 - Sensibilizar o GL para a importância da transferência atempada do valor das quotizações (CE).
- Obj13 - Comemorar o 160º aniversário da criação do ISJ (CE).

2.4. LAE 4 - Reforçar Económica e Financeiramente a Instituição

- Obj1 - Incrementar novos projetos estruturantes (CE).
- Obj2 - Identificação e prospeção de oportunidades potenciais para beneficiar de apoios por parte de programas estatais orientados para o fomento do setor social (CE).
- Obj3 - Estudar novas alternativas de financiamento para ações de valorização do património (PE).
- Obj4 - Conceptualizar e validar intervenções em 2022 versus Plano de médio e longo prazos/Documento de Orientações Estratégicas (CE).
- Obj5 - Consolidar o modelo económico financeiro do projeto ISJ (CE).
- Obj6 - Revitalizar os processos judiciais de indemnização decorrente de ações de despejo desencadeadas pelo ISJ, durante a vigência do mandato da Direção pretérita (PE).

- Obj7 - Estudar novas alternativas de financiamento para ações de valorização do património (PE).

2.5. LAE 5 - Operar a Progressiva Valorização do Património

- Obj1 - Lançar a obra de construção da ERPI/Parede (PE).
- Obj2 - Dar continuidade à política de reabilitação e conservação do Património, em conformidade com os critérios delineados para o curto e médio prazos (inclui Calçada da Tapada) (CE).
- Obj3 - Encetar estudos no sentido da definição do modelo de utilização futura da atual Residência do I.S.J. e do restante imobilizado (CE).
- Obj4 - Equacionar a utilização a médio/longo prazo do edifício sede do ISJ (CE).
- Obj5 - Realizar as obras de reabilitação do 4º andar da Rua dos Remédios à Lapa (PE).
- Obj6 - Lançar obras de reabilitação do imóvel da Rua dos Castelinhos (CE).
- Obj7 - Prosseguir o processo de licenciamento do plano de urbanização da propriedade da Estrada da Luz (PE).
- Obj8 - Fazer as intervenções necessárias à conservação do edifício sede (CE).

2.6. LAE 6 - Promover a visibilidade do ISJ junto dos Associados

- Obj1 - Fornecer aos Associados o máximo de informação promovendo também o seu envolvimento via holding (PE).
- Obj2 - Desenvolver um Programa de comunicação visando a aproximação aos “stakeholders” (PE).
- Obj3 - Garantir a criação de um site do ISJ na internet, assegurando uma efetiva divulgação das suas atividades e a aproximação ao respetivo público-alvo (PE).

- Obj4 - Criar condições e materializar a difusão de notícias de relevo sobre o ISJ na Agenda Mensal do GL (CE).
- Obj5 - Promover as condições necessárias para a difusão da missão e visão da instituição (CE).
- Obj6 - Apoiar a edição de uma publicação dedicada à história e obra social realizada pelo ISJ, durante os seus 160 anos de existência (CE).

2.7. LAE 7 - Outros (Plano de Atividades GL - Obrigações Holding)

- Obj1 - Equacionar os níveis de intervenção, viabilidade e fundamentação para diferentes opções de alienação-recuperação-rentabilização de património e desenvolver o respetivo quadro de decisão, em articulação com o GL. (PE).
- Obj2 - Organizar e preservar adequadamente o arquivo histórico do ISJ. (PE).
- Obj3 - Promover e implementar um novo modelo de articulação estratégica permanente entre o ISJ e o GL. (PE).

Para lá das realizações atrás referenciadas, merece referência o facto de algumas das anotações (PE) se referirem a intervenções plurianuais que poderiam, talvez com mais precisão ser referenciadas enquanto intervenções em curso, seja como for, da exposição precedente pode facilmente retirar-se uma renovada ambição de recuperar quer a credibilidade institucional, quer o sentido da herança patrimonial do ISJ. Desideratos que estimularam, indubitavelmente, uma dinâmica estratégica que julgamos ficar aqui suficientemente plasmada.

Anote-se ainda, em abono da total transparência de procedimentos, que o exercício referente ao ano de 2022 beneficiou claramente quer da coesão da nova equipa de gestão, que assegurou a transparência, lealdade, a confiança e o compromisso entre os diferentes órgãos de gestão envolvidos na gestão global do ISJ, quer da confiança e sentido de cooperação por parte dos Órgãos de Gestão do GL, quer ainda da consolidação da total inversão do ciclo falta de liquidez, permitindo o conforto financeiro que possibilitou encarar com otimismo novas e musculadas iniciativas de

investimento, opções que adicionaram uma dignificante recuperação da reputação do ISJ, bem patente na cerimónia de comemoração dos 160º aniversário da instituição.

Neste particular, a Direção reitera, convictamente, que o conjunto de objetivos alcançados em 2022 deve também ser encarado como uma importante e decisiva afirmação da grande vitalidade do ISJ, da qual nos orgulhamos e que, em nosso entender, honra quer a memória dos beneméritos quer os desideratos mais nobres dos seus atuais Associados, merecendo destaque que o Programa de Ação para 2022 exibiu como preocupação nuclear da Direção na sua ação de governação, dar continuidade ao ataque aos pontos fracos identificados no documento de Orientações Estratégicas (2019-2022), nomeadamente os geradores de mais fortes debilidades.

Consequentemente, elencou-se a necessidade de durante o exercício de 2022 ser dispensada particular atenção:

- Ao potencial de exequibilidade dos projetos estruturantes a longo prazo;
- À conseqüente visão estratégica sobre a atividade do ISJ;
- Ao robustecimento da utilização e da valorização do património;
- À requalificação do património imobiliário, em especial o atualmente sem qualquer rendibilização;
- Ao aproveitamento das oportunidades latentes;
- À consolidação das condições para a dinamização das atividades do apoio social;
- À continuidade da promoção de uma saúde económica e financeira consistente e compatível com as particulares características da Instituição;
- À definição da estratégia e plano de negócios para a concretização da ERPI;
- À existência de novas oportunidades potenciais, nomeadamente as relativas a parcerias ou à promoção de troca e permuta de ativos envolvendo entidades públicas, tendo em vista fortalecer a dinâmica das opções estratégicas do ISJ;
- À afirmação da imagem do ISJ, enquanto instituição prestigiada no contexto do universo das IPSS em Portugal.

Todos estes domínios foram cobertos por ações concretas para a sua materialização, sendo de destacar neste último caso a realização das comemorações do 160º aniversário do ISJ, em cerimónia carregada de significados, onde se destacaram a homenagem a José Estevão, fundador do ISJ e a edição de um livro sobre os 160 anos da Instituição, dando cumprimento a um dos desideratos fixados nas Opções Estratégicas.

Neste contexto valerá a pena sublinhar que a Direção do ISJ manteve como foco de toda a sua ação em 2022 dar continuidade ao ataque aos pontos fracos, oportuna e atempadamente identificados, visando em cada tomada de decisão a sua progressiva superação de forma metódica e sistemática. Quadro em que se destacou e consolidou a consciente rutura da trajetória de um passado de paralisia de iniciativas, não obstante o desempenho expectável tenha sido agravado por um inesperado conjunto de dificuldades, ocorridas no primeiro triénio de gestão, já anteriormente referenciadas. Contexto em que vale também a pena passar em revista o atual ponto de situação (final de 2022) dos pontos fracos elencados nas Opções Estratégicas 2019/2022 (2019).

Pontos fracos em 2019	Ponto de situação 2022
– Ausência de projetos estruturantes a longo prazo.	– Completamente ultrapassado.
– Frágil visão estratégica sobre a atividade do ISJ.	– Ultrapassado através da implementação da Opções Estratégicas.
– Falta de robustez em matérias de estratégia de utilização e valorização do património.	– Situação completamente ultrapassada.
– Deficiente gestão de alguns ativos materiais e imateriais (arquivo, biblioteca, mobiliário em desuso, etc.).	– Lançadas as bases para ultrapassem da fragilidade em tempo aceitável.

– Património imobiliário degradado e sem rendibilização.	– Situação maioritariamente ultrapassada, dinâmica de gestão implementada tendo em vista a completa superação do ponto fraco. Todos os projetos estão já lançados.
– Necessidades prementes de requalificações (alargadas) de imóveis.	– Situação completamente ultrapassada
– Indefinição estratégica para prestação de serviços de natureza assistencial.	– Situação completamente ultrapassada.
– Fraco aproveitamento das oportunidades latentes.	– Situação maioritariamente ultrapassada.
– Deficiente stock de recursos (operacionais) humanos qualificados.	– Situação ultrapassada face às necessidades presentes.
– Disponibilidades financeiras escassas.	– Situação completamente ultrapassada.
– Instalações carentes de reforma.	– Situação completamente ultrapassada.
– Desadequação da generalidade das infraestruturas aos requisitos atuais das atividades do apoio social.	– Situação maioritariamente ultrapassada.

Do expresso na Tabela anterior, pode afirmar-se que a gestão do quadriénio que agora se encerra correspondeu a um considerável sucesso que todos os Associados podem materialmente comprovar, a que não é alheio um significativo equilíbrio entre os patrimónios económico e financeiro, onde pontificaram as opções de alienação de imóveis em condições que seguramente nos orgulham a todos.

De seguida passaremos a debruçarmo-nos sobre a avaliação do impacte das Orientações Estratégicas 2019-2022 na Gestão do ISJ em 2022,

3. Impacte das Orientações Estratégicas 2019-2022 na Gestão do ISJ em 2022

Avaliar o Impacte das Orientações Estratégicas 2019-2022 na Gestão do ISJ em 2022, conduz-nos, desde logo, a sublinhar a importância que assumiu a definição daquelas orientações que, no fundo, balizaram a atuação da equipa de gestão do ISJ durante todo o período que finaliza precisamente em 2022, o que faz com que o relatório de gestão deste último ano nos remeta inevitavelmente para a observação diacrónica do período temporal agora encerrado, dando início a um novo período com pressupostos bem diferentes dos deste que agora se encerra.

É esta a lógica que nos conduz a dar também conta dos desideratos alcançados em todo o período em causa, sendo especialmente relevante, a este título, confrontar os resultados alcançados com os desideratos fixados no seu dealbar.

Neste particular é, a nosso ver, essencial retomarmos a visão que, então definida, emprestou consistência metodológica fulcral à governança da Instituição, atendendo a que a ela estiveram subjacente a maioria das tomadas de decisão que mapearam indelevelmente o percurso do ISJ nestes últimos quatro anos, razão pela qual entendemos voltar a recordá-la, nesta sede, tal como foi então estipulada: “Criar, continuamente, as condições que permitam o reforço do papel institucional vertido na missão, valorizando e ampliando os seus ativos, numa perspetiva de garantia da autossustentabilidade e de alargamento de apoios sociais a prestar. Transformar o ISJ numa instituição de referência na sua área de atuação e numa instituição de excelência na defesa e promoção da dignidade humana”.

A este propósito é igualmente importante trazer à memória as opções e objetivos estratégicos contidas no documento em apreço, onde era sublinhado que “as escolhas estratégicas a efetuar devem considerar cuidadosamente a sua influência sobre os recursos, capacidades, estrutura, etc., compreendendo as decisões tomadas acerca de áreas prioritárias, objetivos estratégicos e objetivos estatutários, sendo que no primeiro caso eram expressamente inventariados os seguintes:

- Continuar a promoção de ações de maximização de rentabilidade do ativo fixo / propriedades de investimento;

- Promover a reabilitação e conservação do património;
- Estabelecer novas valências de apoio social em articulação com o estipulado no artigo 2º dos estatutos;
- Prestar apoio à concretização dos objetivos estratégicos definidos pelos Associados.

Já no respeitante a objetivos estratégicos afirmava-se o imperativo de se articularem em torno dos seguintes desideratos: Adaptação de uma parcela do património à materialização dos objetivos estatutários; Rendibilização do património imobiliário não utilizável para fins sociais; Rendibilização do património mobiliário como fonte de financiamento da atividade corrente; e, Otimização da gestão e do relacionamento com os Associados.

No relacionado com o objetivo referente à adaptação de uma parcela do património à materialização dos objetivos estatutários, ao tempo ficou em aberto um conjunto de alternativas que se vieram a concretizar em opções concretas, nomeadamente no concernente ao “apoio a crianças e jovens” na manutenção da residência de estudantes, no respeitante ao “apoio à integração social e comunitária” no desenvolvimento de apoios quer de proximidade ativa, quer de desenvolvimento cultural comunitário (protocolo com a Junta de Freguesia de S. António, em desenvolvimento, por exemplo); no alusivo à “proteção dos cidadãos na velhice e invalidez” a centralidade estará na ERPI Parede, sem prejuízo do desenvolvimento de outras iniciativas deste teor; já no referente “promoção e proteção da saúde” ela será integrada em algumas das iniciativas supracitadas, sem prejuízo de se vir a encarar a possibilidade de prestação de apoio através de consultas médicas a cidadãos carenciados, nomeadamente migrantes sem proteção social.

4. Nível de Execução das Atividades Programadas

Atento os objetivos estratégicos então definidos parece-nos interessante que aqui passemos em revista a sua efetivação, usando para o efeito pressupostos de realização idênticos aos que adotámos anteriormente para a ações a empreender em 2022, ao abrigo das Linhas de Ação Estratégica que lhe dão cobertura. Assim

utilizaremos CE para significar Completamente Executado, PE para Parcialmente Executado e NE para Não Executado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DEFINIDOS NAS OE 2019/2022	Grau de Execução Alcançado
➤ Recuperar a função de intervenção social como elemento identitário do ISJ.	PE
➤ Estabelecer as valências de apoio social em conformidade com o estipulado nos estatutos.	CE
➤ Inventariar e verificar a adequabilidade de aplicação dos recursos face às condicionantes de doação do património.	CE
➤ Aproveitar o espaço disponível para cooperação em atividades de carácter social, cultural, com eventual intervenção de proximidade (comunidade local).	PE
➤ Assegurar mecanismos permanentes de transparência da gestão do ISJ.	CE
➤ Selecionar produtos para doação (mobiliário e espólio bibliográfico).	NE
➤ Organizar e preservar adequadamente o arquivo histórico do ISJ.	PE
➤ Definir destino e tratamento do espólio documental.	PE
➤ Gerar condições para difusão da missão, visão e estratégia da instituição e envolvendo Stakeholders e staff do ISJ.	PE
➤ Validar prioridades pretéritas e fixar novas prioridades.	CE
➤ Criar condições de segurança para a atual utilização do ISJ.	CE
➤ Definir ações imediatas e fundamentar decisões (alienação - recuperação - rentabilização de património).	CE
➤ Agilizar o layout das instalações da sede e melhorar o binómio alocação do espaço / finalidade.	CE

➤ Aproveitar e otimizar a intervenção pública de apoio às IPSS.	PE
➤ Agilizar a materialização dos procedimentos subjacentes ao relatório de prejuízos estruturais, danos e reclamações referentes ao edifício sede do ISJ.	CE
➤ Adequar a intervenção de beneficiação com novas fontes de financiamento.	CE
➤ Equacionar a utilização do edifício sede do ISJ (a médio / longo prazo).	CE
➤ Consolidar o modelo económico financeiro do projeto ISJ.	CE
➤ Revisitar as prioridades numa perspetiva de máxima eficácia dos recursos existentes.	CE
➤ Assegurar negociações de indemnização e reabilitação do edifício sede.	CE
➤ Incrementar projetos estruturantes.	CE
➤ Conceptualizar e validar intervenções em 2019 coerentes com o Plano Estratégico de médio prazo.	CE
➤ Criar fundo de intervenção pela via da alienação dos direitos sobre o terreno da Estrada da Luz.	NE
➤ Estudar alternativas de modelos de financiamento para ações de valorização do património.	CE
➤ Sensibilizar os associados para a doação em sede de IRS.	CE
➤ Fixar o modelo de Reabilitação e Conservação do Património.	CE
➤ Fazer obras de reabilitação da Rua dos Remédios à Lapa.	PE
➤ Fazer obras de reabilitação do Edifício Sede do ISJ.	PE
➤ Dar utilização a património estrategicamente destinado a fins sociais.	PE

➤ Lançar obras de reabilitação e projetos de intervenção em função das disponibilidades financeiras (próprias e alheias captadas).	CE
➤ Dar continuidade ao estudo das alternativas de rendibilização do património.	CE
➤ Criar de um instrumento regular de comunicação para os associados.	PE
➤ Fornecer aos Associados o máximo de informação promovendo o seu envolvimento.	CE
➤ Desenvolver Programa para aproximação dos “Stakeholders”.	PE
➤ Promover o “Encontro de Beneméritos do ISJ.” (cultural e solidário).	NE
➤ Estabelecer protocolos com outras instituições que valorizam a intervenção do ISJ ou os de acordo com as decisões dos Associados em AG.	PE
➤ Reforçar a comunicação institucional, pela criação de um site com vista à melhoria da imagem externa e reforço da comunicação institucional.	NE
➤ Articular intervenções específicas com o Grémio Lusitano, visando o fomento e o reforço do relacionamento com os países de expressão portuguesa.	PE
➤ Consolidar o modelo de gestão estratégica do ISJ.	CE

Durante todo o percurso de gestão empreendida a partir de 2019 estiveram sempre presentes as opções estratégicas, que no encerrar desta fase e atentos os níveis de concretização alcançados, não obstante a ambição que marcou a sua definição, revelam uma matriz de um compensador cumprimento do compromisso assumido. Mau grado todas as dificuldades e vicissitudes, tanto de ordem externa, de que a pandemia do COVID-19 é exemplo, como de ordem interna, nomeadamente o alargado período de “gestão corrente” imposto à Direção do ISJ por fatores exógenos. A todos foi necessário dar resposta e enfrentar, com a coragem e perseverança que tais circunstâncias foram crescentemente reclamando.

Do esforço desenvolvido sobressai a continuidade e sustentabilidade da Instituição, alcançadas através de uma consolidação consequente do modelo de atuação, em conformidade com os objetivos estratégicos de médio prazo acima referenciados, merecendo particular destaque a sua recapitalização e retoma da credibilização económica e financeira, bem como a completa ultrapassagem do estado inicial de degradação patrimonial, estando em plena fase de desenvolvimento a concretização da recuperação de uma intervenção alargada do ISJ em matéria de apoio social.

A Missão do ISJ constitui o grande farol, do compromisso de gestão do ISJ, a qual ficou fixada em: “Contribuir ativamente, à sua dimensão, para o esbatimento das assimetrias de qualidade de vida experimentadas no país, promovendo uma intervenção continuada e sustentada no domínio da solidariedade social, nomeadamente através do apoio a crianças e jovens, sua consequente integração social e comunitária, assim como, na proteção dos cidadãos na velhice e invalidez, atentos, em concomitância, aos necessários cuidados de saúde Associados a tal desiderato. Apostar na prática de uma ética irrepreensível, tendo por base os valores da solidariedade, fraternidade e igualdade, articulados de forma convergente na defesa e promoção da dignidade humana”, postulado que é transposto para uma Visão que serve de guia operacional e ético da gestão que temos vindo a empreender e que se traduz em “criar, continuamente, as condições que permitam o reforço do papel institucional vertido na missão, valorizando e ampliando os seus ativos, numa perspetiva de garantia da autossustentabilidade e de alargamento de apoios sociais a prestar. Transformar o ISJ numa instituição de referência na sua área de atuação e numa instituição de excelência na defesa e promoção da dignidade humana”.

Finalmente, cumpre-nos uma menção muito sentida ao empenho, dedicação e zelo das funcionárias do ISJ, bem como um agradecimento a todos os apoios especializados de que desfrutámos durante 2022, reconhecendo o seu profissionalismo e disponibilidade permanentemente demonstrada, sendo de toda a justiça serem reconhecidos como protagonistas essenciais nos resultados alcançados.



Contas 2022

1. Introdução

O ano de 2022, cujas contas aqui se dá conhecimento público, é o do quarto exercício económico da Direção que assumiu os destinos do ISJ a partir de 2019, reformulada a no final de 2021, sendo as presentes contas resultantes das tomadas de decisão daquela Direção cuja dinâmica de gestão imprimida, foi *ab initio* balizada pelas Orientações Estratégicas, cujas definições abriram um capítulo consistente de mudança da área de atuação social, mantendo o espírito de serviço social sempre enquadrado nos nossos valores e centrada na promoção do progresso e bem-estar.

As contas agora apresentadas dão conta do dealbar de um novo percurso, cientes de que a sustentação de “qualquer processo de mudança profunda, requer uma mudança fundamental na maneira de pensar e de agir” (Peter Senge, 1999), conhecedores de que “as mudanças têm alterado o comportamento humano, as relações entre grupos e organizações, modificando as variáveis quaisquer que sejam as desse novo universo” (Mañas 2001).

Neste ponto vale a pena recorrer de novo a Mañas (idem) para refletir sobre o facto de “as organizações são (serem), na verdade, grupos de pessoas que, arregimentadas, passam a buscar, trabalhar e relacionar as informações adquiridas de tal forma, que somadas (ou subtraídas) se transformam num grande arquivo” de experiências e realizações, fazendo com que as etapas subseqüentes do percurso dependam não só daquele stock, mas também e sobretudo da perceção que os *stakeholders* da instituição têm desse “capital”.

Tal postura obrigou a ir afastando entraves e resolvendo problemas de diferente natureza, tendo sempre presente a dignificação da história da instituição e seu prestígio incontornável, bem como o prestígio reputacional do ecossistema em que se insere. Quadro em que foi essencial garantir a adequabilidade (e equilíbrio) dos recursos económicos e financeiros para se poder adaptar condignamente a herança ética que recebemos para gerir à nova e mutante realidade do século XXI, ambiente estruturalmente diverso em necessidades de apoio social a prestar por instituições privadas, mas onde, no nosso caso, prevalece firme o imperativo da preservação e promoção da dignidade humana.

Por outro lado, é importante ter em consideração que as transformações a empreender reclamariam a cada etapa uma coligação de visões compaginadas que proporcionassem um envolvimento espelhado em ações de gestão centradas nos valores que dão consistência ao relacionamento harmonioso entre todos os Associados. Princípio de base do lançamento da revitalização do ISJ, suportada por uma visão e uma missão, tal como anteriormente assinalado, que incentivaram o uso adequado do nosso património institucional,

incorporando as mudanças a operar no mais profundo espírito cultural de todo o ecossistema que integramos e rejeitando comodismos de qualquer espécie.

Por razões estritamente operacionais a apresentação das contas deste relatório são da inteira responsabilidade da Direção reformulada, que as aprovou especificamente em sede própria, ciente de que os esforços desenvolvidos e a desenvolver se inscreverão num quadro de “mudanças difíceis”.

No caso vertente, foi decidido apresentar de forma distinta da anterior as contas, tendo em vista proporcionar uma maior e melhor possibilidade de articulação das informações contabilísticas disponibilizadas, numa perspetiva que privilegia a nossa dimensão de IPSS.

Como peças principais são apresentados o Balanço, a Demonstração de Resultados e a Demonstração de Fluxos de Caixa, estando em anexo todos os mapas contabilísticos que lhes servem de suporte.

2. Balanço

O mapa apresentado pode dizer-se que é o espelho, quantificado monetariamente, do que afirmámos quer na apresentação das atividades realizadas em 2022, quer da introdução referente ao Relatório quer na parte respeitante à introdução da apreciação das contas.

Neste âmbito particular de análise do balanço merecem ser chamado à atenção que o “Ativo não Corrente” exibido no Balanço, evidencia, antes do mais, uma trajetória de recuperação gradual do património, sendo de realçar, neste contexto, as requalificações operadas na Rua dos Remédios a par de outras obras pontuais noutras propriedades.

Numa análise mais global merece referência que o “ativo não corrente” cresce de 2021 para 2022 em cerca de 29,3%.

Contudo, quando observamos os mesmos indicadores em relação ao “Ativo Total”, o incremento residual, entre 2022 e 2021, é de 0,11%.

No que respeita ao Passivo é pacífico afirmar-se que se apresenta em linha com a trajetória de rigor que imprimida à gestão do ISJ, a qual tem vindo a ser observada ao longo do mandato desta Direção. Neste particular pode afirmar-se, atenta a respetiva ressalva, que os montantes envolvidos no que concerne a responsabilidades de natureza financeira evidenciam completa estabilidade ao longo dos exercícios.

Como nota final merece destaque em termos do Balanço que a variação no período considerado, entre 2022 e 2021, na rubrica de “Capitais Próprios” é residual.

BALANÇO

Contribuinte: 500731209

Moeda: EUR

BALANÇO em 31 de Dezembro 2022

Rubricas	Notas	2022	2021
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.3	512.703,93	518.275,86
Propriedades de investimento	5.2	589.892,76	595.375,60
Ativos intangíveis	5.4	468,31	1.596,19
Investimentos financeiros	5.1	16.241,59	12.372,87
Investimentos em curso	5.2	428.828,57	69.759,42
Subtotal		1.548.135,16	1.197.379,94
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	11	350,00	28.988,50
Diferimentos		1.254,43	0,00
Outros ativos correntes	11.3	34.285,00	38.487,57
Caixa e depósitos bancários	7	6.404.856,75	6.714.597,51
Subtotal		6.440.746,18	6.782.073,58
Total do ativo		7.988.881,34	7.979.453,52
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	9	130.532,98	126.826,18
Resultados transitados	9	7.773.630,67	1.043.908,35
Subsídios atribuídos	9	28.930,17	29.927,77
Doações	9	19.506,72	19.506,72
Subtotal		7.952.600,54	1.220.169,02
Resultado líquido do período		-1.386,65	6.729.722,32
Total do capital próprio		7.951.213,89	7.949.891,34
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11,4	1.748,58	12.220,56
Estado e outros entes públicos	11	1.605,21	1.923,30
Diferimentos		6.342,50	1.114,10
Outros passivos correntes	11,3	27.971,16	14.304,22
Subtotal		37.667,45	29.562,18
Total do Passivo		37.667,45	29.562,18
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7.988.881,34	7.979.453,52

Contabilidade - (c) Primavera BSS

3. Demonstração de Resultados

No tocante à Demonstração de Resultados, merecem, a nosso ver, ser chamado à atenção o aumento observado na venda e prestação de serviços (55.405€ em 2022 face a 38.005€ em 2021), situando-se em 46% do observado em 2022.

Contexto em que, tal como se pode observar no ponto 6 do anexo o acréscimo das mensalidades é significativo, passando-se de 30.055€ em 2021 para 54.990€ em 2022, justificado pelo fim da situação pandémica vivida permitindo o aluguer de uma maior de quartos. A rubrica de Doações e Heranças apresenta um aumento de 162,9% em 2022 face a 2021. Destaque ainda para o aumento em 114% do valor referente às rendas dos imóveis, sendo de 40.367,75€ em 2021 para 86.434.59€ em 2022 (+46.066,84€).

Finalmente, no que se refere ao conteúdo do mapa de Demonstração de Resultados, é também de assinalar a estabilização observada em termos do nível de despesa com Fornecimentos e Serviços de Terceiros (ponto 10 do anexo), bem como no referente a Gastos com Pessoal (ponto 8 do anexo). Dos gastos apresentados, destaque para o aumento na rubrica de honorários devido a uma atualização dos mesmos face à inflação e custo de vida. De igual forma, as rubricas relacionadas com eletricidade e gás que registam aumentos significativo face ao exercício anterior devido à crise energética decorrente do conflito no leste europeu.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro 2022

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	6	55.405,00	38.005,00
Subsídios, doações e legados à exploração	6	5.720,07	2.175,92
Fornecimentos e serviços externos	10	-67.906,30	-40.386,93
Gastos com o pessoal	8	-70.701,38	-68.661,00
Outros rendimentos	6	91.036,00	6.822.851,82
Outros gastos	11.2	-1.412,52	-10.225,57
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		12.140,87	6.743.759,24
Gastos de depreciação e de amortização	5.2,3,4	-14.103,24	-14.717,72
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1.962,37	6.729.041,52
Juros e rendimentos similares obtidos	6	676,00	680,80
Gastos e perdas financeiros		-100,28	
Resultado antes de impostos		-1.386,65	6.729.722,32
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-1.386,65	6.729.722,32

Contabilidade - (c) Primavera BSS

4. Demonstração de Fluxos de Caixa

Da observação do mapa referente à Demonstração de Fluxos de Caixa cabe referir que este dá expressão prática, em termos de movimentações de caixa, às opções de gestão com implicações desta natureza, salientando-se neste contexto os investimentos realizados para beneficiação do património, traduzidas em operações e intervenções destinadas à sua requalificação, reabilitação e recuperação, antecedendo a sua rendibilização, opção de há muito vinha sendo afastada das opções da sua utilização.

Ainda em termos do mapa de Demonstração de Fluxos de Caixa merece uma especial referência o facto ISJ haver beneficiado da generosidade de um conjunto alargado de Associados que optou por, em sede de IRS, declarar o seu apoio à Instituição associando-a à possibilidade de usufruir da transferência legalmente estabelecida em tal sede. Fato não só financeira, mas também simbolicamente muito relevante, que esperamos ver expandido em anos futuros.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		150.920,66	66.730,35
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-63.970,70	-40.228,24
Pagamentos ao pessoal		-71.214,63	-68.654,47
Caixa geradas pelas operações		15.735,33	-42.152,36
Outros recebimentos		16.671,70	12.738,01
Outros pagamentos		-1.347,63	-11.643,12
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		31.059,40	-41.057,47
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-347.196,23	-273.931,27
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	4.800.000,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		676,00	680,80
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-346.520,23	4.526.749,53
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		5.720,07	2.175,92
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de atividades de financiamento (3)		5.720,07	2.175,92
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-309.740,76	4.487.867,98
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		6.714.597,51	2.226.729,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6.404.856,75	6.714.597,51

Contabilidade - (c) Primavera BSS

ANEXO - MAPAS CONTABILÍSTICOS

1. Identificação da Entidade

O *Internato São João*, contribuinte n.º 500 731 209, reconhecido como IPSS – Instituto Particular de Solidariedade Social, e registado sob o n.º 2 das Associações de Solidariedade em 29 de julho de 1985, com sede na Travessa do Loureiro, n.º 8 em Lisboa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do período de N foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificarem a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos Ativos e Passivos em serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo de todo o tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- A razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Com exceção da rubrica “edifícios e outras construções”, Os “Ativos fixos tangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecidos, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição

necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

A rubrica de “edifícios e outras construções” encontra-se mensurada ao justo valor de acordo com o modelo de revalorização de ativos, tomando por base o valor patrimonial tributário de cada um dos imóveis que compõem a rubrica.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Tabela para Cálculo de Taxas de Depreciação	
Designação	Anos vida útil
Edifícios e Outras Construções	5-50
Equipamento Básico	4-8
Equipamento de Transporte	3-7
Ferramentas e Utensílios	3-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2-4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que

se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos intangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações.

3.2.3. Clientes e outros Ativos Correntes

Os “Clientes” e as “Outros ativos correntes” encontram-se reconhecidos pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

3.2.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.5. Fornecedores e outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são reconhecidos pelo seu valor nominal que é substancialmente idêntico ao seu justo valor.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos Patrimoniais” constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.8. Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das

demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.9. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.3. Principais Pressupostos relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período.

Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

3.4. Principais Fontes de Incerteza

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Investimentos

As quantias escrituradas brutas, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostram as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, que foram desenvolvidas de acordo com os quadros seguintes.

5.1. Investimentos Financeiros

A 31 de dezembro de 2022, a Entidade tinha nas rubricas de “Investimentos Financeiros” registado os seguintes montantes:

Investimentos financeiros	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2022
Ativo Bruto				
Investimento noutras empresas	85,23			85,23
Fundos compensação trabalho	288,90	203,14	47,86	444,18
Outros investimentos financeiros	11.998,74	3.713,44		15.712,18
Total	12.372,87		47,86	16.241,59

5.2. Propriedades de Investimento

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas e as aquisições nos anos de 2021 e 2022, foram desenvolvidas de acordo com os quadros seguintes:

Propriedades de investimento	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Ativo Bruto				
Terrenos e recursos naturais	74.937,28		35.792,81	39.144,47
Edifícios e outras construções	490.969,23	351.059,32	118.165,71	723.862,84
Investimentos em curso	150.194,87		80.435,45	69.759,42
Total	716.101,38	351.059,32	234.393,97	832.766,73
Amortizações				
Edifícios e outras construções	274.682,50	5.482,84	112.533,83	167.631,51
Total	274.682,50	5.482,84	112.533,83	167.631,51

Propriedades de investimento	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Ativo Bruto				
Terrenos e recursos naturais	39.144,47			39.144,47
Edifícios e outras construções	723.862,84			723.862,84
Investimentos em curso	69.759,42	359.069,15		428.828,57
Total	832.766,73	359.069,15		1.191.835,88
Amortizações				
Edifícios e outras construções	167.631,51	5.482,84		173.114,35
Total	167.631,51	5.482,84		173.114,35

5.3. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas e as aquisições nos anos de 2021 e 2022, foram desenvolvidas de acordo com os quadros seguintes:

Ativos Fixos Tangíveis	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2021
Ativo Bruto				
Terrenos e recursos naturais	270.029,78			270.029,78
Edifícios e outras construções	466.765,10			466.765,10
Equipamento básico	47.744,66			47.744,66
Equipamento administrativo	38.935,99	850,19		39.786,18
Outros ativos fixos tangíveis	3.543,26			3.543,26
Total	827.018,79	850,19		827.868,98
Amortizações				
Terrenos e recursos naturais	-		-	-
Edifícios e outras construções	216.587,65	5.759,63		222.347,28
Equipamento básico	45.605,86	612,62		46.218,48
Equipamento administrativo	36.622,33	861,77		37.484,10
Outros ativos fixos tangíveis	3.543,26	0,00		3.543,26
Total	302.359,10	7.234,02		309.593,12

Ativos Fixos Tangíveis	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2022
Ativo Bruto				
Terrenos e recursos naturais	270.029,78			270.029,78
Edifícios e outras construções	466.765,10			466.765,10
Equipamento básico	47.744,66	1.920,59		49.665,25
Equipamento administrativo	39.786,18			39.786,18

Outros ativos fixos tangíveis	3.543,26			3.543,26
Total	827.868,98	1.920,59		829.789,57
Amortizações				
Terrenos e recursos naturais	-		-	-
Edifícios e outras construções	222.347,28	5.743,87		228.091,15
Equipamento básico	46.218,48	886,88		47.105,36
Equipamento administrativo	37.484,10	861,77		38.345,87
Outros ativos fixos tangíveis	3.543,26	0,00		3.543,26
Total	309.593,12	7.492,52		317.085,64

5.4. Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2021
Ativo Bruto				
Programas de computador	6.717,62	1.405,48		8.123,10
Total	6.717,62	1.405,48		8.123,10
Amortizações				
Programas de computador	4.526,05	2.000,86		6.526,91
Total	4.526,05	2.000,86		6.526,91

Ativos Intangíveis	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2022
Ativo Bruto				
Programas de computador	8.123,10			8.123,10
Total	8.123,10	0,00		8.123,10
Amortizações				
Programas de computador	6.526,91	1.127,88		7.654,79
Total	6.526,91	1.127,88		7.654,79

6. Rendimentos

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes rendimentos:

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços	55.405,00	38.005,00
Quotas	415,00	7.950,00
Residência de estudantes	54.990,00	30.055,00
Subsídios, Doações e outros	5.720,07	2.175,92
Doações e heranças	5.720,07	2.175,92
Outros rendimentos e ganhos	91.036,00	6.822.851,82
Alienações		6.754.570,15
Sinistros		0,00
Rendas	86.434,59	40.367,75
Correções a exercícios anteriores	3.577,05	26.916,32

Imputação subsídios p investimentos	997,60	997,60
Outros	26,76	
Juros	676,00	680,80
Total	152.837,07	6.863.713,54

7. Instrumentos Financeiros

As quantias apresentadas nas rubricas de Caixa e Depósitos eram, à data das Demonstrações, as seguintes:

Descrição	2022	2021
Caixa	495,00	522,52
Depósitos à ordem	1.804.361,75	114.075,00
Depósitos a prazo	4.600.000,00	6.600.000,00
Total	6.404.856,75	6.714.597,52

8. Benefícios dos Empregados, Pessoal ao Serviço e Gastos com o Pessoal

Nenhum membro dos órgãos sociais usufrui qualquer remuneração. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Órgãos sociais	-	-
Pessoal	58.029,51	56.074,80
Encargos s/ remunerações	12.307,54	11.738,41
Seguros de acidentes de trabalho	334,43	758,09

Outros gastos com o pessoal	29,90	89,70
Total	70.701,38	68.661,00

9. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Fundos	126.826,18	3.706,80		130.532,98
Resultados transitados	1.043.908,35	6.729.722,32		7.773.630,67
Subsídios atribuídos	29.927,77		997,60	28.930,17
Doações	19.506,72			19.506,72
Total	1.220.169,02	6.729.722,32	997,60	7.952.600,54

10. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos de 2021 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Trabalhos especializados	4.334,92	3.611,90
Vigilância e segurança	560,88	311,44
Honorários	9.925,50	7.040,00
Comissões	9.495,60	984,00
Conservação e reparação	6.052,53	7.099,06
Serviços bancários	216,84	123,78

Ferramentas e utensílios	538,03	249,65
Material de escritório	667,66	792,54
Outros	280,94	15,33
Eletricidade	4.900,80	3.612,94
Gás	2.832,18	1.453,81
Água	2.699,17	1.823,85
Deslocações e estadas	1.483,25	1.366,30
Comunicação	6.580,13	4.428,85
Seguros	2.351,23	2.351,23
Contencioso e notariado	1.386,82	990,83
Limpeza, higiene e conforto	5.410,04	2.520,72
Outros serviços	8.189,78	1.611,70
Total	67.906,30	40.386,93

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e outros Entes Públicos” era composta pelos seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre Valor Acrescentado	38,13	28.988,00
Segurança Social	1.216,30	

Total	1.254,43	28.988,00
Passivo		
Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares	496,99	665,28
Segurança Social	1.087,67	1.251,35
Fundo Compensação de Trabalho	20,55	6,67
Total	1.605,21	1.923,30

11.2. Outros Gastos e Perdas

A rubrica “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos e perdas	2022	2021
Impostos		1.586,75
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.194,39	483,00
Taxas	52,96	1.103,75
Perdas em investimentos financeiros		3.561,20
Outros	165,17	5.077,62
Correções relativas a períodos anteriores	165,17	5.077,62
Total	1.412,52	10.225,57

11.3. Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica “Outras contas a receber e a pagar” tinha a 31 de dezembro os seguintes valores:

Descrição	2022	2021
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídios de férias a liquidar	8.658,84	7.491,42
Encargos com férias e subsídio de férias		1.676,06

Outros acréscimos	2.199,18	1.754,18
Credores diversos		3.382,56
Grémio	5.323,14	
Cauções de renda	11.790,00	
Total	27.971,16	14.304,22
Devedores diversos		
Quotas	22.725,00	22.725,00
Devedores diversos	11.560,00	15.762,57
Total	34.285,00	38.487,57

11.4. Fornecedores

O saldo destas contas apresentava os valores expressos na tabela.

Fornecedores	2022	2021
Fornecedores c/c		
EPAL	56,23	351,76
Lusitania		251,57
EDP	1.692,35	1.972,32
HigiPower		80,29
Manuland		9.564,62
Total	1.748,58	12.220,56

12. Divulgações exigidas por outros Diplomas Legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e não dispõe nem é obrigada a dispor de Revisor Oficial de Contas.

